

## Informativo de Jurisprudência Militar

1. REEXAME NECESSÁRIO. MANDADO DE SEGURANÇA. ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO PARA ADMISSÃO NO "CURSO DE FORMAÇÃO DE SOLDADO PARA INGRESSO NO QUADRO DE PRAÇAS POLICIAIS MILITARES". CANDIDATO REPROVADO EM INSPEÇÃO DE SAÚDE EM VIRTUDE DE BAIXA ACUIDADE VISUAL. POSSIBILIDADE DE CORREÇÃO MEDIANTE USO DE ÓCULOS E LENTES DE CONTATO. REALIZAÇÃO DE PROCEDIMENTO CIRÚRGICO DURANTE O TRÂMITE DA DEMANDA. ELISÃO DO PROBLEMA DANTES CONSTATADO. FATO SUPERVENIENTE DE MANIFESTA RELEVÂNCIA (ART. 493 DO NCPD). SEGURANÇA MANTIDA. REMESSA OFICIAL DESPROVIDA.

"Destarte, se antes da realização do procedimento cirúrgico, quando a correção visual podia se dar simplesmente com o uso de óculos ou lentes de contato, já se visualizava o direito do impetrante ao ingresso na Corporação, a eliminação do candidato que teve seu problema sanado em intervenção médica importa, indiscutivelmente, em violação a direito líquido e certo (TJSC, MS n. 2003.029554-2, rel. Des. Volnei Carlin, j. 11-05-2005; MS n. 2013.017434-3, rel. Des. Pedro Manoel Abreu, j. 14-08-2013; EDcl em MS n. 2013.041880-5, rel. Des. Carlos Adilson Silva, j. 12-11-2014; AI n. 2015.037103-9, rel. Des. Paulo Henrique Moritz Martins da Silva, j. 15-09-2015; AI n. 2015.038153-5, rel. Des. Carlos Adilson Silva, j. 15-03-2016). (TJSC, Reexame Necessário n. 0038413-48.2015.8.24.0023, da Capital, rel. Des. Edemar Gruber, j. 01-12-2016).

[LEIA MAIS](#)

2. APELAÇÃO CÍVEL E REEXAME NECESSÁRIO - AÇÃO DE REPARAÇÃO CIVIL - POLICIAL MILITAR QUE, DURANTE OPERAÇÃO DE COMBATE AO TRÁFICO DE ENTORPECENTES, FOI VÍTIMA DE "FOGO AMIGO" - ACIDENTE DO TRABALHO - RESPONSABILIDADE CIVIL SUBJETIVA - SOLDADO QUE EFETUOU DISPAROS DE ARMA DE FOGO CONTRA PESSOA COM A QUAL DEPAROU-SE NO LOCAL DO CRIME E QUE, DEPOIS, DESCOBRIU-SE TRATAR DO AUTOR, SEU COMPANHEIRO DE FARDA - INOBSERVÂNCIA DAS CAUTELAS DE PRAXE - CIÊNCIA DA PRÉVIA INVASÃO DA CASA PELO DEMANDANTE, SOB O COMANDO DO TENENTE DA UNIDADE - AUSÊNCIA DE IDENTIFICAÇÃO DO TERCEIRO COM O QUAL DEFRONTOU-SE, BEM COMO DE VERBALIZAÇÃO TÁTICA DE RENDIÇÃO, ANTES DA DEFLAGRAÇÃO DOS TIROS - IMPRUDÊNCIA, NEGLIGÊNCIA E IMPERÍCIA DEMONSTRADAS - CULPA CONFIGURADA - ATO ILÍCITO CARACTERIZADO - OBRIGAÇÃO DE INDENIZAR - CC,

ARTS. 186 E 927 - INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E ESTÉTICOS - DEMANDANTE QUE SOFREU FERIMENTOS GRAVÍSSIMOS, CORRENDO RISCO DE VIDA - PERMANÊNCIA EM UTI POR MAIS DE 2 MESES, COM SUBMISSÃO A 7 CIRURGIAS - EVENTO QUE LHE RESULTOU INÚMERAS CICATRIZES NO CORPO EM VIRTUDE DOS PROJÉTEIS, ALÉM DE EXTENSA, PROFUNDA E MORTIFICANTE LESÃO NO ABDÔMEN - APOSENTAÇÃO AOS 32 ANOS DE IDADE - FIXAÇÃO DAS INDENIZAÇÕES EM R\$ 100.000,00 CADA - MONTANTE QUE SE COADUNA À DOR FÍSICA, AO ABALO PSICOLÓGICO, AO SOFRIMENTO ESPIRITUAL, ÀS LIMITAÇÕES ANATOMO-FUNCIONAIS E À TRANSFORMAÇÃO DA APARÊNCIA FÍSICA SOFRIDOS PELO REQUERENTE, BEM COMO COM O ILÍCITO PERPETRADO PELO RÉU - CC, ART. 944 - JUROS MORATÓRIOS À TAXA DE 1% DESDE O EVENTO DANOSO - STJ, SÚMULA N. 54 - CORREÇÃO MONETÁRIA A PARTIR DO ARBITRAMENTO JUDICIAL - STJ, SÚMULA N. 362 - APLICAÇÃO DOS ÍNDICES DE REMUNERAÇÃO DA POUPANÇA A PARTIR DA VIGÊNCIA DA LEI N. 11.960/2009 - ÔNUS DA SUCUMBÊNCIA - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - ARBITRAMENTO EM 10% SOBRE O VALOR DA CONDENAÇÃO - JURISPRUDÊNCIA PACÍFICA DA CORTE - CUSTAS PROCESSUAIS - ISENÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA - RECURSOS DO AUTOR E DO RÉU CONHECIDOS E DESPROVIDOS - REMESSA OBRIGATÓRIA CONHECIDA E PARCIALMENTE PROVIDA. (TJSC, Apelação Cível n. 0063223-63.2010.8.24.0023, da Capital, rel. Des. Cid Goulart, j. 11-10-2016).

[LEIA MAIS](#)

3. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DECLARATÓRIA. LIMITE SOBRE A REMUNERAÇÃO PARA EFEITO DE DESCONTO DE PARCELAS DE FINANCIAMENTOS BANCÁRIOS. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL MILITAR. INCIDÊNCIA DAS REGRAS ENCONTRADAS NOS DECRETOS ESTADUAIS N. 2.322, DE 12.5.2009, E N. 80, DE 11.3.2011, OBSERVADAS SUAS RESPECTIVAS VIGÊNCIAS. MITIGAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DA FORÇA OBRIGATÓRIA DO PACTO, DA AUTONOMIA DA VONTADE E DO ATO JURÍDICO PERFEITO. SENTENÇA QUE RECONHECEU A LIMITAÇÃO DA MARGEM CONSIGNÁVEL EM 40% (QUARENTA POR CENTO) DOS RENDIMENTOS BRUTOS, SUBTRAÍDAS AS CONSIGNAÇÕES COMPULSÓRIAS, EM QUE PESE A PRETENSÃO INICIAL DE LIMITAÇÃO DA MARGEM CONSIGNÁVEL EM 30% (TRINTA POR CENTO) DA "RENDA LÍQUIDA". POSSIBILIDADE.

APLICAÇÃO DA LEGISLAÇÃO PERTINENTE AO CASO CONCRETO SEM SUPLANTAR OS LIMITES DO PEDIDO INICIAL. DESCONTOS NA FOLHA DE PAGAMENTO DO SERVIDOR QUE ULTRAPASSARAM O LIMITE LEGAL. SUSPENSÃO DO CRÉDITO DA APELANTE DA FOLHA DE PAGAMENTO DO MUTUÁRIO POR NÃO RESTAR MAIS MARGEM CONSIGNÁVEL. OBSERVÂNCIA DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PACTUAÇÃO DOS CONTRATOS DE EMPRÉSTIMO CONSIGNADO. ARTIGO 9º, § 1º, DO DECRETO N. 80, DE 11.3.2011, COM A REDAÇÃO INCLUÍDA PELO DECRETO ESTADUAL N. 924, DE 12.4.2012. MANUTENÇÃO DA PARCIAL PROCEDÊNCIA. ÔNUS DA SUCUMBÊNCIA QUE NÃO SOFRE ALTERAÇÃO. RECURSO DESPROVIDO. (TJSC, Apelação Cível n. 2016.023356-7, de Jaraguá do Sul, rel. Des. Jânio Machado, j. 19-05-2016).

LEIA MAIS

4. APELAÇÃO E REEXAME NECESSÁRIO. POLICIAIS MILITARES. SALVAMENTO AQUÁTICO. CIRCUNSTÂNCIAS INDICATIVAS DE ATO DE CORAGEM MERCÊ DA EXISTÊNCIA DE SITUAÇÃO DE RISCO. PROMOÇÃO POR BRAVURA INDEFERIDA. SINDICABILIDADE JUDICIAL DO ATO ADMINISTRATIVO INDEFERITÓRIO. PROMOÇÃO CABÍVEL. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO E REMESSA DESPROVIDOS.

"[...] Promoção por ato de bravura. 4. O Tribunal de origem, interpretando a legislação infraconstitucional (Decreto estadual n. 4449/80), entendeu que a conduta do militar preenche os requisitos legais, motivo pelo qual tem direito à referida promoção. [...]. A apreciação pelo Poder Judiciário do ato administrativo discricionário tido por ilegal e abusivo não ofende o Princípio da Separação dos Poderes. 4. Agravo regimental a que se nega provimento. [...] Ademais, não verifico, no caso, violação ao princípio da separação dos poderes, pois, tendo vislumbrado a ocorrência de ilegalidade, é perfeitamente legítimo ao Poder Judiciário realizar o controle jurisdicional dos atos administrativos, ainda que discricionários. [...]" (RE 582409 AgR, Relator: Min. Gilmar Mendes, 2ª Turma, julgado em 28/02/2012, DJe-053 de 13-03-2012, p. 14-03-2012) (TJSC - Apelação Cível n. 2012.074478-3, rel. Des. Carlos Adilson Silva, j. em 2.7.2013). (TJSC, Apelação Cível n. 2016.005561-9, de Tubarão, rel. Des. João Henrique Blasi, j. 29-03-2016).

LEIA MAIS

5. DIREITO ADMINISTRATIVO. POLICIAIS MILITARES. FICHA FUNCIONAL. ANOTAÇÃO DE 'MAU' COMPORTAMENTO APÓS A CONDENAÇÃO CRIMINAL. PRAZO PARA A ALTERAÇÃO DO COMPORTAMENTO APÓS O CUMPRIMENTO DA PENA. OBSERVÂNCIA DO LAPSO ESTIPULADO NO ART. 50 DO REGULAMENTO DISCIPLINAR DA POLÍCIA MILITAR, POR FORÇA DE PREVISÃO CONTIDA NO ART. 51 DO MESMO REGRAMENTO, PARA A RECLASSIFICAÇÃO. ADMISSIBILIDADE. INEXISTÊNCIA DE BIS IN IDEM NA ANOTAÇÃO DA PENALIDADE, DIANTE DA INDEPENDÊNCIA ENTRE AS INSTÂNCIAS ADMINISTRATIVA E CRIMINAL. PRECEDENTE DESTES TRIBUNAL. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO.

"O policial militar deve ter conduta moral e profissional irrepreensíveis e, quando deixar de observar os preceitos disciplinares e éticos da corporação militar, estará sujeito às sanções disciplinares previstas em lei. Diante do caráter independente das instâncias criminal e administrativa, o fato de o policial militar ter sido penalizado criminalmente não obsta a anotação de comportamento mau ou insuficiente em sua ficha funcional, como autoriza o regulamento disciplinar respectivo. (TJSC, AC n. 2013.010749-0, rel. Des. Jaime Ramos, j. 26.3.15). (TJSC, Apelação Cível n. 2013.010973-1, da Capital, rel. Des. Francisco Oliveira Neto, j. 22-03-2016).

LEIA MAIS

6. RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO – AGRAVO INTERNO – CONCURSO PÚBLICO – SOLDADO DA POLÍCIA MILITAR – INVESTIGAÇÃO SOCIAL – VIDA PREGRESSA DO CANDIDATO – EXISTÊNCIA DE REGISTRO CRIMINAL – PROCEDIMENTO PENAL DE QUE NÃO RESULTOU CONDENAÇÃO CRIMINAL TRANSITADA EM JULGADO – EXCLUSÃO DO CANDIDATO – IMPOSSIBILIDADE – TRANSGRESSÃO AO POSTULADO CONSTITUCIONAL DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA (CF, ART. 5º, LVII)

SUCUMBÊNCIA RECURSAL JUSTIFICADA, NO CASO, PELA EXISTÊNCIA DE “TRABALHO ADICIONAL” PRODUZIDO PELA PARTE VENCEDORA (CPC/15, ART. 85, § 11) – MAJORAÇÃO DA VERBA HONORÁRIA (10%) – PERCENTUAL (10%) QUE INCIDE SOBRE A VERBA HONORÁRIA POR ÚLTIMO ARBITRADA – NECESSÁRIA OBSERVÂNCIA DOS LIMITES ESTABELECIDOS NO ART. 85, §§ 2º E 3º DO CPC/15 – AGRAVO INTERNO IMPROVIDO. (STF. ARE 993189 AgR / RJ - RIO DE JANEIRO. AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. Relator(a): Min. CELSO DE MELLO. Julgamento: 02/12/2016 Orgão Julgador: Segunda Turma.)

LEIA MAIS

7. RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. PENAL MILITAR. DESRESPEITO A SUPERIOR. DESCLASSIFICAÇÃO DO CRIME PARA TRANSGRESSÃO DISCIPLINAR. IMPOSSIBILIDADE. FATO TÍPICO DESCRITO NO CÓDIGO PENAL MILITAR COMO CRIME. OPÇÃO DO LEGISLADOR. HIERARQUIA E DISCIPLINA COMO PILARES CONSTITUCIONAIS DAS FORÇAS ARMADAS. PROPORCIONALIDADE DA PENA E DO REGIME DE CUMPRIMENTO APLICADO. INDIVIDUALIZAÇÃO DA PENA. REEXAME DE FATOS E PROVAS EM HABEAS CORPUS. INADEQUAÇÃO. ORDEM DENEGADA.

I – O Desrespeito a Superior (art. 160 do CPM) encontra-se tipificado sob o Título II do referido codex, que trata “Dos Crimes Contra Autoridade ou Disciplina Militar”, o que pode aparentar, em princípio, que a conduta seria uma transgressão disciplinar. Entretanto, o legislador fez a opção por tipificá-la como crime. II – A desclassificação de uma conduta tipificada como crime para uma mera transgressão disciplinar, in casu, afrontaria o próprio texto constitucional, de modo a fragilizar os pilares que sustentam a instituição a qual incumbe a defesa da pátria, a garantia dos poderes constitucionais e da lei e da ordem (art. 142 da CF/1988). III - O aprofundamento do exame do conteúdo fático probatório não é recomendável na via do habeas corpus, considerada a pendência de análise de recurso extraordinário. IV – Habeas Corpus denegado. (STF. HC 133653 / MS - MATO GROSSO DO SUL. HABEAS CORPUS. Relator(a): Min. RICARDO LEWANDOWSKI. Julgamento: 29/11/2016. Órgão Julgador: Segunda Turma.)

LEIA MAIS


8. AÇÃO ORDINÁRIA. CONCURSO PÚBLICO. POLÍCIA MILITAR. CANDIDATA REPROVADA NA AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA. IMPUGNAÇÃO JUDICIAL DO EXAME. POSSIBILIDADE. JURISPRUDÊNCIA PACÍFICA DA CORTE. LAUDO PERICIAL ATESTANDO A CAPACIDADE DA AUTORA PARA O EXERCÍCIO DA FUNÇÃO. APTIDÃO RECONHECIDA. PROCEDÊNCIA DO PEDIDO PRESERVADA.


"O resultado negativo de exame psicotécnico realizado perante a Comissão do Concurso pode ser infirmado por Laudo Pericial judicial que constata a higidez mental e a aptidão do candidato para o cargo constante do edital" (Apelação Cível n. 2008.062572-7, da comarca da Capital, rel. Des. Luiz César Medeiros, julgado em 5-3-2009) (Agravo (§ 1º art. 557 do CPC) em Apelação Cível n. 2013.042864-8, da Capital, rel. Des. Cesar Abreu, j. 27-8-2013)' (Apelação Cível nº 2015.010565-0, da Capital. Relator Desembargador Cid Goulart, julgado em 19/05/2015)" (AC n. 2015.053044-4, da Capital, rel. Des. Luiz Fernando Boller, j. 15-12-2015). RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA EM REEXAME NECESSÁRIO. (TJSC, Apelação / Reexame Necessário n. 0848349-35.2013.8.24.0023, da Capital, rel. Des. Jorge Luiz de Borba, j. 29-11-2016).


LEIA MAIS

**Acesse o site da Baratieri e confira nossos conteúdos:**

[www.baratieriadvogados.com.br](http://www.baratieriadvogados.com.br)

 (48)3223.5194

 contato@baratieriadvogados.com.br

 www.baratieriadvogados.com.br

